

História das Mulheres, Gênero e Educação: Reflexões sobre o Ensino de História no Brasil (1998-2015)

Aline Isabel Waszak¹

Esta pesquisa procura analisar e discutir as aproximações existentes entre o ensino de História e as relações de gênero, bem como demonstrar e debater algumas experiências em sala de aula realizadas neste sentido. Tendo sido originado no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) através do projeto *Repensando Culturas e Identidades Culturais no Ensino de História*², este trabalho contempla parte das atividades e reflexões que foram realizadas ao longo da bolsa de docência. O projeto do PIBID-História 1, apoiado nas *Diretrizes Curriculares do Paraná*³ para a disciplina de História, teve como objetivo trabalhar com a identidade cultural, compreendendo-a como formadora de visões de mundo e de ideais que fomentam posições políticas e atitudes de exclusão e discriminação. Devido ao fato de o projeto ter um tema amplo que suscita diversas reflexões e abordagens,

¹ Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: alinewaszak@gmail.com.

² BELLOTTI, Karina K. **Proposta de Projeto: Repensando Culturas e Identidades Culturais no Ensino de História.** Disponível em: <http://ufpr.sistemaspid.com.br/site/projects/6/paginas/313>.

³ PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica- História.** Curitiba: SEED/DEB-PR, 2008.

optou-se por contemplar neste trabalho monográfico apenas as discussões que se referem às questões de gênero.

O Programa de Iniciação à Docência (PIBID) começou a existir no Brasil como uma nova modalidade de bolsa na graduação mediante instituição do decreto nº 7.219/10⁴ assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto PIBID tem como objetivo principal incentivar a iniciação à docência, visando a melhoria da educação básica pública; em sua constituição contamos com a participação de graduandos, professores supervisores de escolas públicas e um professor coordenador para cada área das licenciaturas. O PIBID permite que sejam feitas reflexões sobre a metodologia de cada disciplina bem como que sejam pensadas, em grupo, formas de se aproximar a realidade acadêmica da escolar. O projeto *Repensando Culturas e Identidades Culturais no Ensino de História* iniciou as atividades em julho de 2013; o período deste projeto contemplado nesta pesquisa corresponde ao tempo de permanência da autora no mesmo: julho de 2013 a junho de 2015⁵. Nosso foco foi discutir a diversidade

⁴ BRASIL. Decreto nº 7.219. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm. Acesso em: 15 dez. 2014.

⁵ O subprojeto PIBID-História 1 contou com a participação dos colégios: Grupo Escolar Dom Pedro II, tendo como professor supervisor Daniel Nodari, e o Colégio Estadual Manoel Ribas, com o professor supervisor Alisson Gonçalves. Ao final de 2014 o professor Alisson não pôde dar continuidade às atividades no PIBID, sendo assim, a partir de 2015 sua vaga foi ocupada pela professora Nívia Celine da Silva, do Colégio Estadual Maria Pereira Martins. Os três colégios se localizam na cidade de Curitiba.

cultural e as múltiplas identidades no ensino de História com alunos do Ensino Fundamental, orientados pela discussão teórica de Stuart Hall⁶.

Hall considera que o sujeito atual, o indivíduo pós-moderno, após sofrer o colapso causado por diversas mudanças estruturais e institucionais, passa a ser “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”⁷. Deste modo, passamos a enxergar a constituição da identidade de um sujeito como histórica e não determinada biologicamente. Na perspectiva dos Estudos Culturais, entendemos que o gênero é uma das partes integrantes da identidade deste indivíduo. Segundo a estudiosa de gênero Guacira Louro, “as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são também, constituintes dos gêneros”⁸; ou seja, as diversas estruturas e instituições que atravessam a vida dos indivíduos constantemente fabricam sujeitos e constroem relações de gênero. O gênero, assim como outros elementos que formam o sujeito (como a etnia, classe e nacionalidade) está também suscetível às mudanças históricas. Desta forma, ao considerarmos o gênero enquanto constituinte do indivíduo e passível de transformações ao longo do tempo, é inegável que esta categoria de análise tenha grande relevância no estudo da História, o que também inclui a prática da História escolar.

⁶ HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

⁷ Idem, p. 12.

⁸ LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 25.

A elaboração do conceito de gênero envolveu processos políticos e também acadêmicos: na medida em que o movimento feminista avança e as mulheres buscam, além de direitos políticos e sociais, ocupar um espaço na academia, suas próprias construções teóricas passam a ser feitas; é neste meio que o conceito de gênero passa a ser forjado⁹. Com a crescente entrada feminina no mundo acadêmico há também o ingresso de novos temas de estudo que pretendem dar visibilidade às mulheres nos mais variados campos de conhecimento. A historiadora Margareth Rago, ao refletir sobre o suposto impacto que a forte presença de mulheres causaria ao mundo científico, considera que a maior contribuição destas pesquisadoras para a academia foi a “construção de novos significados na interpretação do mundo”¹⁰. A disciplina de História também passa por mudanças neste contexto. A forma como toda esta agitação política e estas modificações nas ciências se refletem na História seria através da *História das Mulheres*, que surge por volta da década de 1960. A emergência deste novo campo historiográfico esteve ligada não só ao impulso do movimento feminista, mas também às mudanças que estavam ocorrendo na própria ciência histórica: a chamada *Nova História* permite que novas fontes sejam consideradas, o que facilitou a entrada de novos

⁹ Idem, p. 15-16.

¹⁰ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf Acesso em: mar. 2015. p. 3.

temas de pesquisa¹¹. Com o desenvolvimento do campo da História das Mulheres fica cada vez mais clara a constante desigualdade existente entre homens e mulheres ao longo do tempo. Neste sentido, nota-se a necessidade da elaboração de um conceito que explicita como estas relações são “construídas, legitimadas, contestadas e mantidas”¹².

Este é o contexto em que Joan Scott teoriza sobre o conceito de gênero, enfatizando seu potencial analítico dentro da História¹³. Scott separa o conceito em duas partes e vários subconjuntos que estão todos inter-relacionados. A historiadora norte-americana considera que “o gênero é um elemento constitutivo de relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”¹⁴ e que ele é um modo de designar relações de poder. Dentro da primeira observação, devem ser considerados quatro elementos para uma análise histórica: as *representações simbólicas*, as transformações destes simbolismos em *conceitos normativos*, a *especificidade* de cada processo normalizador (*quando e em quais circunstâncias* os conceitos normativos são contestados ou reforçados) e a identidade subjetiva¹⁵. Scott espera que a elaboração deste conceito dê visibilidade à mulher enquanto sujeito histórico, e também deseja que através do uso desta categoria de análise questões

¹¹ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

¹² SCOTT, Joan *apud* PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005, p. 87.

¹³ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

¹⁴ Idem, p. 86.

¹⁵ Idem, p. 87-88.

antigas da História ganhem uma nova perspectiva. Este conceito de gênero não só possibilita o estudo das mulheres, mas também permite que questões sobre a *masculinidade* sejam consideradas, bem como que outros sujeitos, antes ignorados da História, passem a ser estudados. Ao considerarmos a História das Mulheres, assim como a discussão de gênero, enquanto campos que se tornaram bastante sólidos e geraram uma extensa produção acadêmica, perguntamo-nos: *por que ainda não se tem uma prática de ensino histórica que contemple as relações de gênero?* O desenvolvimento desta pesquisa e as fontes escolhidas para análise procuram trazer respostas a esta questão.

Ao utilizarmos um conceito de gênero que considera que as relações entre os sexos estão imbricadas nas relações sociais da mesma forma que constituem relações de poder nas mais variadas instituições, não podemos deixar de conceber a *escola* como um dos âmbitos onde estas relações se estabelecem. Para além da importância do gênero na disciplina de História, observamos a necessidade de tratar deste tema nas escolas, já que este é um ambiente onde os estereótipos de gênero são frequentemente reproduzidos, o que acaba gerando preconceitos sociais¹⁶. A título de exemplificação de alguns problemas de gênero presentes na instituição escolar, Guacira Louro cita: a linguagem carregada de sexismo e os livros didáticos que favorecem visões discriminatórias de gênero e reforçam hierarquias existentes entre

¹⁶ LOURO, Guacira Lopes, p. 58.

homens e mulheres¹⁷. São variadas as situações que demandam uma discussão sobre as relações de gênero no ambiente escolar; algumas historiadoras, como Suely G. Costa¹⁸, Carla Pinsky¹⁹, Luciana Gandelman e Juçara Leite²⁰ têm reforçado o papel da História neste debate. Apesar das autoras citadas, bibliografias que aproximem o ensino de História e as relações de Gênero são bastante escassas. Carla Pinsky afirma a importância da mediação de um professor-historiador que propicie aos alunos o desenvolvimento de um “olhar de gênero” sobre a História e as relações sociais que a constituem. Luciana Gandelman fala do incômodo que o assunto do gênero traz à tona: ele toca naquilo que é tido como “natural”. Para ela, é exatamente nestas questões consideradas pré-estabelecidas que a História deve se debruçar; só assim conseguiremos construir junto aos estudantes um conhecimento histórico crítico que permita que todos e todas se identifiquem²¹.

Para que possamos refletir sobre a presença do tema gênero nas escolas, devemos considerar também a historicidade da escola e da

¹⁷ Idem.

¹⁸ COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

¹⁹ PINSKY, Carla B. (org.). Gênero. In: **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2013.

²⁰ LEITE, Juçara. Fazendo gênero na história ensinada: uma visão além da (in)visibilidade. In: **Secretaria de Educação Básica**. Coleção Explorando o Ensino-História, Ensino Fundamental. v. 21. 2010.

²¹ GANDELMAN, Luciana M. Gênero e Ensino: parâmetros curriculares, fundacionismo biológico e teorias feministas. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, p. 209.

disciplina de História no Brasil, para então observarmos se o gênero tem recebido espaço nesta matéria. Desta forma, foram selecionadas algumas fontes oficiais que pudessem nos auxiliar neste ponto: os Parâmetros Curriculares Nacionais para a História (1998), as Diretrizes Curriculares Estaduais de História (2008), a apostila do MEC sobre Gênero e Diversidade na Escola (2009) e as Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da SEED-PR (2010). Com base nos estudos de Circe Bittencourt, Maria A. Schmidt e Marlene Cainelli, foi possível perceber que o Ensino de História, desde o seu surgimento no século XIX, esteve bastante ligado aos interesses do Estado e de alguns setores da elite. Inicialmente o objetivo do ensino histórico previa criar nos alunos uma “identidade nacional”, dando a ideia de que o Brasil possui um passado único, sedimentado, e que não existiram conflitos em sua constituição²². Por mais que ao longo dos anos a disciplina sofresse algumas mudanças, como a estruturação através dos quatro grandes períodos (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), permanece uma visão histórica calcada na história europeia que, além de considerar este continente o “berço” da nação brasileira, inspira um ideal de “progresso”²³. Além disso, destacamos que esta abordagem histórica é bastante exclusiva, na medida em que trata somente da história política (grandes homens e heróis nacionais). No final do século XX, durante o período militar brasileiro, ocorre um grande descaso com

²² SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004, p. 10.

²³ BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 80.

a disciplina de História: é implementada a matéria de Estudos Sociais, em substituição à História e Geografia. O objetivo dos Estudos Sociais era de estabelecer nos estudantes alguns “valores morais” que estavam de acordo com o regime do período, o que acabou por diluir os conceitos básicos da História²⁴. Somente a partir dos anos 1980 novas reestruturações curriculares passam a ser elaboradas, de modo que se adequem às necessidades da sociedade contemporânea e estejam mais atualizadas em relação à historiografia.

Os documentos analisados demonstram esta tentativa de introduzir novos temas na educação, incluindo o Ensino de História. Tanto o PCN quanto as Diretrizes do Estado do Paraná trazem uma abordagem que contempla a História Social e a Cultural, exaltando o compromisso da História com a realidade social. Uma nova forma de entender o aluno também passa a ser encabeçada através destes documentos: reconhece-se que o estudante também possui conhecimentos históricos (adquiridos ao longo de sua própria história) e que ele é um agente ativo no processo de produção do conhecimento. Tanto professor como aluno são considerados “sujeitos da história e da produção do conhecimento histórico”²⁵. A fim de superar um ensino de história tradicional, baseado na memorização de fatos, datas e nomes importantes, conteúdos que são mais significantes para os alunos passam a ser considerados, de modo que o estudante possa perceber sua

²⁴ Idem, p. 74.

²⁵ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004, p. 12.

historicidade. Neste mesmo período, a partir dos anos 1990 passamos a observar o incentivo aos debates sobre gênero na Educação, através da criação de Diretrizes específicas sobre o tema ou de cursos oferecidos pelo MEC que contemplam tais questões. O caráter de tais documentos, destinados aos professores brasileiros, é bastante *explicativo*. Ou seja, eles buscam explicitar historicamente a opressão causada pelas relações de gênero a fim de demonstrar a importância de discutir o tema nas escolas. Apesar da relevância de termos um documento oficial do Estado que reconheça que as relações de gênero são um problema social e que existe uma necessidade de debater o tema na escola, é difícil estabelecer o impacto que isto realmente causa nas práticas pedagógicas dos docentes.

O projeto PIBID, que tem como um de seus objetivos a elaboração de propostas metodológicas para o ensino de História, fez algumas contribuições ao realizar intervenções que contemplassem o ensino histórico e as relações de gênero. O último conjunto de fontes a serem analisadas nesta pesquisa monográfica considera estas atividades. Através de reflexões acadêmicas realizadas por docentes da graduação e professores supervisores, foram criadas algumas propostas pedagógicas sobre questões de gênero. A aplicação de planos de ensino que contemplam esta temática nos permite uma maior reflexão sobre como o gênero pode ser incluído nos conteúdos de História, assim como avaliar a recepção dos estudantes de Ensino Fundamental e quais são suas noções gerais sobre o tema. Dentro da proposta de discutir

Identidades Culturais no ensino histórico, um dos caminhos escolhidos pelo PIBID-História 1 se deu através do debate dos significados de datas comemorativas, como é o caso do Dia Internacional da Mulher. O conjunto de fontes do PIBID presentes neste trabalho refere-se à aplicação de atividades sobre o Dia da Mulher, realizadas nos anos de 2014 e 2015. No ano de 2014 optamos por realizar uma proposta pedagógica que refletisse sobre a representação das mulheres na mídia, utilizando um variado número de fontes (propagandas). Procuramos debater e desconstruir alguns estereótipos que estão presentes neste tipo de mídia. Já em 2015, foi feita uma proposta cujo objetivo foi propiciar reflexões sobre a profissão das mulheres ao longo do tempo. Também utilizando fontes de períodos diferenciados, buscamos compreender junto aos alunos as mudanças e permanências ao longo dos séculos, bem como tentar perceber se, ainda hoje, as mulheres enfrentam dificuldades no mercado de trabalho.

Sendo assim, esta pesquisa monográfica ficou estruturada em três capítulos: o primeiro constituindo a pesquisa sobre as aproximações entre Gênero e ensino de História, o segundo contemplando a análise dos documentos de educação dos governos federal e estadual e o último, as constatações sobre as intervenções feitas pelo PIBID de História. Através deste trabalho constatamos que, apesar do grande acervo historiográfico existente sobre História das Mulheres e relações de gênero e do incentivo dado pelos governos federal e estadual na discussão dos temas na escola, a efetiva introdução sobre o gênero no

ensino de História acaba sendo uma opção do professor ou professora. Através das atividades aplicadas no PIBID pudemos perceber a grande receptividade entre os alunos em relação ao tema do gênero, bem como a grande existência de estereótipos que necessitam de problematização. Questionamos o fato de o ensino sob um viés de gênero não ser considerado uma obrigatoriedade em nosso país, tal como ocorre com a História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura dos povos indígenas do Brasil, que são, da mesma forma, resultado de lutas para corrigir desigualdades históricas. Nosso olhar deve voltar-se não só para a escola, mas também para as Universidades, responsáveis pela formação de professores e professoras que necessitam de um ambiente acadêmico que também priorize reflexões sobre a educação básica. A implementação do projeto PIBID nas Universidades brasileiras tem buscado realizar esta aproximação entre o saber acadêmico e o escolar, que é claramente necessária.

Atualmente o Brasil encontra-se em um novo patamar no que se refere à inclusão do gênero nas escolas. Em meio às discussões sobre o Plano Nacional de Educação, o tema do gênero anda causando bastante polêmica. Por um lado, a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, afirmou em maio deste ano que o combate à violência contra a mulher fará parte do currículo escolar. Por outro lado, no Paraná, e também em outros Estados, alguns buscam proibir qualquer menção aos termos “gênero”, “diversidade” ou

“orientação sexual” nas escolas²⁶. A justificativa para barrar tais temas nas escolas, além de distorcer a noção de gênero, utiliza-se de argumentos religiosos – o que não deveria ser possível, visto que nosso país é laico. Estes políticos delimitam o debate sobre gênero e sexualidade à família, ignorando assim todas as formas de problemas sociais que são causados por estes temas.

Abolir o tema de gênero nas escolas será um grande retrocesso e, em certa medida, até contraditório, visto que os documentos analisados nesta pesquisa mostram que houve um incentivo por parte dos governos federal e estadual para a sua inclusão - o que torna este debate ainda mais complexo. As atividades do PIBID, onde incluimos as relações de gênero, nos ofereceram resultados muito proveitosos. Ressaltamos a necessidade desta parceria entre escola e Universidade na construção de materiais e propostas pedagógicas que contemplem o gênero, pois ainda há muito a ser debatido para que tenhamos uma efetiva inclusão do tema nas escolas. Ainda necessitamos de um debate mais intenso sobre o tema envolvendo docentes e acadêmicos, bem como a criação de mais propostas pedagógicas que sejam de fácil apropriação nas salas de aula e considerem a especificidade de cada área do ensino.

Recebido em 08/07/2015, aceito em 20/10/2015

²⁶ Cf. <http://www.professorajosete.com.br/2015/06/18/curitiba-recua-enquanto-ponta-grossa-avanca-no-debate-sobre-a-diversidade-nas-escolas/> Acesso em: jun. 2015.